

## **FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA A EDUCAÇÃO INCLUSIVA: DISCUTINDO OS CURSOS DE LICENCIATURA EM MATEMÁTICA DA UNESP**

Paula Cristina Constantino Santos<sup>1</sup>; Ivete Maria Baraldi<sup>2</sup>

<sup>1</sup>Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação para a Ciência, Faculdade de Ciências da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” Câmpus de Bauru, membro do Grupo de História Oral e Educação Matemática - Ghoem – paulinhacgm24@gmail.com; <sup>2</sup>Professora Doutora do Departamento de Matemática da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Câmpus Bauru, membro do Grupo de História Oral e Educação Matemática - Ghoem - ivete.baraldi@fc.unesp.br

### **Resumo**

Perante todas as diversidades que vivemos hoje, quando buscamos um mundo sem preconceitos e segregações, falar em inclusão escolar se torna cada vez mais necessário. O professor tem um papel muito importante nesse processo e com isso uma responsabilidade ainda maior, e para lidar com esse cenário é preciso que os cursos de formação preparem seus alunos para estarem sempre em consonância com essas novas exigências. Decorrente de alguns decretos e resoluções, os cursos de Licenciatura sofreram e estão sofrendo algumas adequações em seus projetos políticos pedagógicos para atenderem a necessidade de se falar de inclusão na formação de professores. Diante disso, nesse trabalho, pretende-se mostrar um recorte de uma pesquisa cujo intuito é o de discutir essas alterações curriculares nos cursos de Licenciatura em Matemática da Unesp, se essas disciplinas que estão sendo inseridas podem contribuir para a formação de um professor como práticas inclusiva. Com isso, conseguimos mostrar que, após localizar seis câmpus da Unesp que oferecem Licenciatura em Matemática, através de seus Projeto Político Pedagógico – PPP, foi possível identificar as disciplinas com conteúdos na perspectiva inclusiva oferecida em cada curso, decorrente disso notamos que apesar de serem oferecida algumas disciplinas a falta de subsídios dificulta o processo de formação.

**Palavras-chave:** Formação de professores. Legislação. Educação inclusiva.

### **Introdução**

Vivemos em um mundo cheio de diversidade, onde conviver com as diferenças se torna cada vez mais necessário. A escola é um local que acolhe um público bastante heterogêneo, com diferentes necessidades e interesses. Mesmo que o processo educacional e a educação inclusiva não se limitem apenas ao espaço escolar, este é um local de grande referência para se promover a inclusão de todos. E o professor é um dos agentes responsável em promover essa inclusão.

Segundo Poker et al. (2015) a educação inclusiva aponta uma possibilidade de transformação do sistema educacional e, para tanto, é imprescindível uma mudança na formação do professor, e com isso é necessário reavaliarmos os cursos de formação de professores.

Alguns estudos, como o de Novais (2010) mostram que os professores sentem dificuldades em elaborar e desenvolver práticas educacionais associadas a uma escola de sucesso para todos e isso se deve à falta de formação para ensinar a todos.

Há algum tempo, os cursos de licenciatura deveriam já estar reformulados, contemplando conteúdos que abordassem questões sobre inclusão. Desde o decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, que regulamentou a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, Libras deveria ser inserida como disciplina curricular obrigatória nos cursos de formação de professores, dentre outros cursos de instituições federais, estaduais e municipais que teriam o prazo de dez anos para se adequarem. No entanto, isso não aconteceu de forma tão rápida.

Alguns cursos inseriram disciplinas que contemplassem aspectos da inclusão, em específico os que contemplavam os alunos com deficiências. O estudo feito por Poker et al. (2016) retrata uma pesquisa realizada no curso de Pedagogia da Unesp/Marília que analisa a percepção dos alunos egressos sobre a sua formação inicial na perspectiva da educação inclusiva, e se os conteúdos propostos pelo curso ajudaram no ambiente de trabalho. Dentre os pesquisados, alguns alegaram que aprenderam na prática a trabalhar frente à inclusão escolar de alunos e que as aulas serviram de apoio, mas que não auxiliaram muito; ainda, afirmaram que seriam necessárias mais disciplinas para que ajudassem e os tornassem mais preparados para lidar com situações diversas no dia a dia.

Quando falamos dos cursos de formação de professores para atuar frente à inclusão, na maioria das vezes, nos remetemos a Licenciatura em Pedagogia, mas quando se trata das licenciaturas específicas o número de disciplinas na grade curricular é bastante reduzido. A Resolução do Conselho Nacional de Educação/CES nº 2/2015 que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, ainda define que as instituições de ensino superior devem prever, em sua organização curricular, formação docente voltada para a diversidade e para o exercício da docência na educação infantil, no ensino fundamental, no ensino médio e nas respectivas modalidades de educação (Educação de Jovens e Adultos, Educação Especial, Educação Profissional e Tecnológica, Educação do Campo, Educação Escolar Indígena, Educação a Distância e Educação Escolar Quilombola), nas diferentes áreas do conhecimento e com integração entre elas, podendo abranger um campo específico ou interdisciplinar. Nessa resolução já podemos notar uma certa preocupação com a inclusão de modo geral, não se limitando apenas ao público alvo da Educação Especial – PAEE e também pode se observar que esses conteúdos devem ser inseridos na formação de professores como um todo.

Segundo as deliberações do Conselho Estadual de Educação de São Paulo, Deliberação CEE 111/2012, alterada pela Deliberação CEE 126/2014 e Deliberação CEE 154/2017, os cursos para a formação de professores dos anos finais do ensino fundamental e do ensino médio deverão dedicar, no mínimo, 30% da carga horária total à formação didático-pedagógica, além do estágio supervisionado e das atividades científico-cultural que contemplarão um sólido domínio dos conteúdos das disciplinas, objetos de ensino do futuro docente. Nota-se que são conteúdos que se trata da formação pedagógica do aluno, mas não se referindo a uma formação na perspectiva inclusiva.

A formação do professor na perspectiva inclusiva é muito importante para o processo de ensino e aprendizagem do aluno. O professor que se forma em Educação Especial não tem o conhecimento dos conceitos para ensinar o conteúdo específico e o professor da disciplina específica não tem conhecimento de como realizar a inclusão. É necessário que o professor da classe regular, no caso o de Matemática, esteja preparado para realizar a inclusão, para que

junto como professor do atendimento educacional especializado se tenha um ensino colaborativo. Segundo Rosa et al. (2015)

A responsabilidade do ensino e da aprendizagem dos alunos com deficiência não cabe somente aos professores de educação especial, e sim, a todos os envolvidos no processo de inclusão escolar. E esse todos inclui o professor de Matemática, com todas as suas dificuldades em trabalhar com alunos que não aprendem os conteúdos matemáticos como desejado. Pois do mesmo modo que o professor de Matemática não foi formado para atender essa nova demanda de alunos, o professor de Educação Especial não tem ou a

formação é mínima em relação à Matemática (ROSA, ROSA, BARALDI, 2015, p.187, grifo nosso).

Com isso, vemos a importância da discussão de conteúdos na perspectiva inclusiva na formação dos professores de áreas específicas para que em conjunto com professores especialista consigam realizar um ensino e aprendizagem que englobe a todos os alunos. Diante do que foi apresentado, nesse trabalho temos como objetivos apresentar um recorte de uma pesquisa que pretende compreender como foi o processo de reestruturação das grades curriculares das Licenciaturas em Matemática da Unesp, por meio de entrevistas com os coordenadores dos cursos, com o cotejamento de outras fontes, tais como legislações e projetos político-pedagógicos.

## **Metodologia**

Na pesquisa, cujo recorte apresentamos, a metodologia mobilizada é a da História Oral, prática utilizada no Grupo de História Oral e Educação Matemática (Ghoem), do qual somos membros, onde buscamos através de entrevistas constituir fontes que podem auxiliar na compreensão do que estamos estudando. Para obter essas fontes realizamos narrativas seguindo os seguintes procedimentos: primeiro, entramos em contato com o entrevistado, marcamos uma data para a entrevista, em lugar e data de comum acordo entre o pesquisador e o entrevistado, esta será gravada com equipamentos digitais (imagem e/ou som). Após a entrevista, fazemos a transcrição que se configura na escrita dos dizeres, pausas, entonações e vícios de linguagem, aproximando-se, ao máximo, do que foi registrado oralmente. O próximo passo é a realização da textualização que se refere ao processo de transformar o discurso em uma narrativa mais corrente, marcando um movimento de apropriação da fala do entrevistado pelo pesquisador. Após a realização da textualização, será enviada uma cópia da versão final ao entrevistado para ser relida e feitas as alterações necessárias, juntamente será enviada uma carta de cessão na qual o entrevistado assina dando ao pesquisador o direito ao uso do depoimento.

## **Resultados e Discussões**

Evidentemente, é de suma importância tratar de assuntos relacionados à educação inclusiva no ensino superior, principalmente nas licenciaturas, independente da sua especificação, essa discussão pode contribuir para a atuação do professor em seu exercício. Diante da importância da inserção dessas disciplinas e a aplicação de legislações que assegurem, pelo menos, o mínimo de discussão, realizando uma busca nos sites das Unesp

identificamos seis Câmpus que oferecem o curso de Licenciatura em Matemática, dentre eles Bauru, Guaratinguetá, Ilha Solteira, Presidente Prudente, Rio Claro e São José do Rio Preto. Como mostra a figura abaixo:



Figura 1. Câmpus da Unesp que oferecem curso de Licenciatura em Matemática

Dentre esses cursos, foi notado que todos os Projetos Político Pedagógico (PPP) atendem às deliberações citadas anteriormente. E através dos PPP observamos que são oferecidas disciplinas que abordam a educação inclusiva, inclusão ou educação especial. A tabela abaixo mostra a quantidade de disciplinas oferecida em cada unidade e a suas cargas horárias.

Unidade	Quantidade de disciplinas	Carga horária
<b>Bauru</b>	4	60h/60h/60h/60h
<b>Guaratinguetá</b>	1	60h
<b>Ilha Solteira</b>	2	60h/60h
<b>Presidente Prudente</b>	2	60h/60h
<b>Rio Claro</b>	2	60h/60h
<b>São José do Rio Preto</b>	2	30h/60h

Tabela 1. Unidades da Unesp que oferecem Licenciatura em Matemática, quantidade de disciplinas que abordam conteúdos com a perspectiva inclusiva e carga horária das disciplinas.

A análise das quantidades de disciplinas oferecida foi feita nos PPP por meio da busca das palavras – inclusiva, inclusão e educação especial – onde identificamos as disciplinas correspondente, deixando claro que pode haver outras disciplinas que abordem essa discussão, mas que não consta em sua ementa.

O câmpus de Bauru se destaca em relação aos outros, oferecendo em sua grade curricular quatro disciplinas que abordam, ao menos em algum tópico, temas sobre inclusão, sendo elas: Educação Matemática Inclusiva e Libras, Prática de Ensino de Matemática I, Tecnologia Digital de Informação e Comunicação em Educação Matemática e Política Educacional Brasileira. Guaratinguetá oferece apenas uma disciplina, Libras, Educação Inclusiva e Especial que é oferecida pela Pró – Reitoria de Graduação (PROGRAD) de forma

semipresencial. Ilha Solteira oferece duas disciplinas, Conteúdos e Didáticas de Libras e Educação, Sociedade e Cultura. Presidente Prudente também duas: Conteúdos e Didáticas de Libras e Seminários Especiais. Rio Claro oferece Libras, Educação Especial e Inclusiva e Educação Matemática e Inclusão. E por fim, São José do Rio Preto oferece Libras e a Educação Inclusiva que diferente das outras disciplinas conta com uma carga horária de 30h e a disciplina Educação Inclusiva: Fundamentos, Política e Práticas.

Diante do PPP foi observado que a disciplina de Libras é, na maioria das vezes, oferecida de forma semipresencial e que algumas disciplinas é necessária a contratação de professores, pois não há docente disponível na Unesp.

## **Conclusões**

Diante do que foi apresentado podemos observar que a mudança está acontecendo, conseguir inserir disciplinas que discuta a inclusão na formação de professores de uma forma geral, não apenas na Pedagogia ou Educação Especial, já é uma conquista, mas nota-se que apenas inserir algumas disciplinas, como retrata Poker (2015) não contribui totalmente para a formação do professor. Além disso, as condições que essas disciplinas estão sendo oferecida é um aspecto muito importante, não basta apenas incluí-la em uma grade curricular se não haverá subsídios para oferecê-la. Apesar das legislações retratarem algo referente à inclusão, ainda são necessárias políticas públicas que assegurem uma formação voltada para a inclusão de todos e que, principalmente, haja subsídios que dê suporte a essa formação.

## **REFERÊNCIAS**

BRASIL. **Decreto n. 5.626, de 22 de dezembro de 2005.** Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Brasília, 2005.

BRASÍLIA. **Resolução n. 2, de 1 de julho de 2015.** Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. Brasília: CNE, 2015.

NOVAIS. G. S. **Formação docente e inclusão escolar:** ensinando de um jeito que não aprendi. In: NOVAIS. G. S, CICILLINI. G. A. (Org.). Formação docente e práticas pedagógicas: olhares que se entrelaçam. Araraquara, SP: Junqueira&Marin; Belo Horizonte, MG: FAPEMIG, 2010. p. 19.

POKER, R. B, VALENTIM, F. O D, GARLA, I. A. **Formação de professores e inclusão escolar:** a perspectiva dos alunos egressos da nova grade curricular do curso de pedagogia da Unesp/Marília. Anais...I Congresso Internacional de Educação Especial e Inclusiva 13ª Jornada de Educação Especial, 2016.

POKER, R. B, FERNANDES, J. J, COLANTONIO, S. **Formação do Professor e Educação Inclusiva:** análise dos conteúdos dos cursos de Pedagogia da Universidade Estadual Paulista – Unesp Revista InFor, n.1, 2015

ROSA, E. A. C, ROSA, F. M. C, BARALDI, I. M. **Professores que ensinam Matemática:** considerações acerca da Inclusão Escolar a partir de duas pesquisas, Revista InFor, n.1, 2015.

SÃO PAULO. **Deliberação CEE N° 111/2012.** Fixa Diretrizes Curriculares Complementares para a Formação de Docentes para a Educação Básica nos Cursos de Graduação de Pedagogia, Normal Superior e Licenciaturas, oferecidos pelos estabelecimentos de ensino superior vinculados ao sistema estadual. São Paulo: CEESP, 2012.

SÃO PAULO. **Deliberação CEE N° 126/2014.** Altera dispositivos da Deliberação 111/2012. São Paulo: CEESP, 2014.

SÃO PAULO. **Deliberação CEE N° 154/2017.** Altera dispositivos da Deliberação 111/2012. São Paulo: CEESP, 2017.